

# 'Pró-soberania' do PMDB cede e fecha acordo com governo

Da Sucursal de Brasília

## Leitura

### LIVROS

A ORDEM SOCIAL NUM NOVO TEXTO CONSTITUCIONAL. de Evaristo de Moraes Filho. LTR. 187 págs. Cd\$ 230,00.

O livro do jurista Evaristo de Moraes Filho consiste na reunião de textos do grupo de trabalho sobre "Ordem Social" da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Constam dele o texto preliminar dos artigos sobre "ordem social", escrito por Moraes Filho, relator dos trabalhos, as emendas surgidas, as respostas do relator e o texto final incluído no anteprojeto apresentado ao presidente José Sarney. O livro traz ainda a participação do autor no grupo que tratou do Poder Judiciário, onde apresenta propostas sobre a Justiça do Trabalho.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR — 1964-1968. de João Roberto Martins Filho. Papirus. 212 págs. Cd\$ 185,00.

O objetivo do livro do sociólogo João Roberto Martins Filho é analisar a participação do movimento estudantil universitário no processo político do país, entre os anos de 1964 e 68. Segundo o autor, seu trabalho procura se desvincular da tradição que toma o movimento estudantil como necessariamente defensor de "mudanças profundas e radicais na sociedade". Para Martins Filho, as mobilizações dos estudantes universitários devem ser compreendidas dentro do quadro das ações das camadas médias para ampliar o acesso à universidade.

### ARTIGO

O TRIBUNAL DE CONTAS E O CONTROLE DO EXECUTIVO. de Charles Pessanha. Ciências Sociais Hoje. 1986. Cortez/Anpocs. Cd\$ 180,00.

O objetivo do artigo do cientista político Charles Pessanha é analisar a atuação do Tribunal de Contas da União como órgão de controle do Executivo. Segundo o autor, o funcio-

namento do TCU é, "em parte, dependente do Executivo", já que cabe a este a indicação do seu corpo deliberativo. Pessanha diz que, a partir de 64, esse controle do Executivo sobre o TCU se agrava ao mesmo tempo em que diminui a competência do tribunal para fiscalizar a atuação da administração indireta.

### TESE

O ANTI-SEMITISMO NA ERA VARGAS — FANTASMA DE UMA GERAÇÃO (1930-1945) de Maria Luiza Tuci Carneiro. Departamento de História da Universidade de São Paulo.

A dissertação da historiadora Maria Luiza Carneiro tem como objetivo analisar o anti-semitismo durante o primeiro período de Getúlio Vargas à frente do país. A ascensão de Vargas ao poder ocorre com a Revolução de 30, através do governo provisório. Em 1937, surge o Estado Novo, que confere poderes ditatoriais a Vargas, sob forte inspiração do fascismo italiano de Benito Mussolini.

### BIBLIOTECA BÁSICA

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA. de Nicola Abbagnano (org.). trad. Afrado Bosi (coord.). Mestre Jou. 997 págs. Cd\$ 474,00.

O "Dicionário de Filosofia" do professor de Filosofia Nicola Abbagnano lista, em ordem alfabética, em duas colunas por página, os conceitos utilizados pela Filosofia desde a Grécia Antiga até os tempos atuais. O autor adverte que constam do livro apenas verbetes sobre termos, excluindo-se os nomes próprios de filósofos. Pode-se encontrar, por exemplo, o termo aristotelismo, mas não um verbete sobre Aristóteles.

Esta coluna publica semanalmente os principais lançamentos da Ciência Política. Indica também artigos de revistas especializadas, teses acadêmicas e livros básicos sobre política.

O governo e o grupo "pró-soberania" do PMDB fecharam ontem, após dez dias de negociação, um acordo pelo qual o Congresso constituinte declara-se formalmente soberano, mas se compromete a não modificar artigos da atual Constituição. Pelo acordo, concluído ontem às 17h30, no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, a Constituinte apenas reserva-se o direito de modificar artigos da atual Constituição que estejam dificultando seus trabalhos.

Durante mais de duas semanas, o grupo, encabeçado pelos deputados peemedebistas Antonio Brito (RS), Maurílio Ferreira Lima (PE) e Virgildácio Senna realizou articulações com o objetivo de que o Congresso constituinte declarasse sua soberania e modificasse várias disposições da Carta em vigor. Mas, com o acordo de ontem, conseguiu somente duas reivindicações entre as cinco que apresentou ao governo: inviolabilidade do mandato parlamentar enquanto durar o trabalho da Constituinte e funcionamento da Câmara e do Senado em caráter extraordinário.

O "pró-soberania" reivindicava ainda a suspensão do instituto do estado de emergência, o fim do dispositivo constitucional que impede ao Legislativo apreciar matéria financeira e a inversão no processo legislativo do decreto-lei (passados sessenta dias, caso não fosse aprovado, seria rejeitado, ao contrário do que ocorre hoje).

### Rolo compressor

Após a reunião que fechou o acordo, o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, disse que o PMDB havia mostrado sua maturidade e mantido a unidade. "Foi uma vitória de todos nós", comentou, acrescentando que ontem de manhã, após reunião com o presidente José Sarney, este lhe dissera que gostaria



Carlos Sant'Anna, líder do governo



Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE)

## Decisão tira espaço dos partidos de esquerda

"Todos ganharam espaços nos jornais, apareceram na televisão, foram notícia. Cadê sua convicção? Acabou quando apagaram as luzes da televisão?", indagou a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), 52, ao saber da decisão do grupo "pró-soberania" do PMDB. E acrescentou: "Nunca pertenci a esse grupo. Não faço as coisas por brincadeira".

Cristina Tavares referia-se à atuação do grupo que, no dia 30 de janeiro —um dia antes da instalação da Constituinte— conseguiu aprovar uma moção na bancada do PMDB na Câmara que propunha o recesso

desta Casa e do Senado e tornar o Congresso constituinte exclusivo. Pressionado pelo governo, o grupo voltou atrás e aceitou a instalação da Câmara e do Senado. Passou então a reivindicar que as duas Casas somente se reunissem extraordinariamente.

Com essa atitude, o grupo "pró-soberania" conseguiu tirar espaço dos partidos de esquerda. Encontrou um meio de negociar consigo próprio (PMDB e governo). E provou que, fechado com o presidente José Sarney e com o PFL, deixará à esquerda apenas voz e um voto simbólico. (JD)

de ver o acordo concluído logo. Da reunião com Sant'Anna participaram Maurílio Ferreira Lima, Virgildácio Senna, Antônio Brito, Nelson Jobim (RS), Miro Teixeira (RJ) e Bernardo Cabral (AM), além de Fernando Henrique Cardoso.

A inviolabilidade dos parlamentares fará parte do regimento interno do Congresso constituinte. Já o funcionamento extraordinário da Câmara e do Senado dependerá de alterações nos regimentos das duas Casas e constará de um ato declaratório da

Constituinte, segundo Carlos Sant'Anna. Para ele, todos ganharam com o acordo, pois "o governo não queria abrir mão agora do decreto-lei e das medidas de emergência. E o grupo conseguiu pontos importantes, como a suspensão dos trabalhos ordinários do Congresso e as prerrogativas".

Para o deputado Maurílio Ferreira Lima, o PMDB mostrou que pode ser "um rolo compressor" e aprovar tudo o que for de interesse do governo. "No episódio de ontem (antontem, quando os constituintes decidiram por 247 votos 121 não convocar o ministro da Fazenda Dilson Funaro) mostramos ao governo que somos confiáveis. Mostramos ao presidente José Sarney que não precisa temer uma união nossa com o PDT, PC do B e PT para discutir seu mandato", afirmou ele. O parlamentar acrescentou ainda que o PMDB "é um partido disciplinado" e que "não queremos transformar a Constituinte numa Convenção francesa (numa alusão à Revolução Francesa, em 1789).

### Críticas

O fechamento do acordo recebeu críticas do PT, PC do B e PDT. José Genoino (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ), encostaram Maurílio num canto do plenário, às 18h, quando ele procurava comunicar a decisão. "Vocês cassaram a voz do PT, PDT, PC do B e PCB aqui dentro", dizia Genoino. Em altos brados, Brandão Monteiro acusava o PMDB e o PFL de estarem formando "a novíssima Arena". Aldo Arantes, do PC do B, afirmava que continuará insistindo na questão da soberania, "mesmo que o PMDB auto limite a Constituinte".

Como última tentativa, o PT apresentou à mesa do Congresso constituinte —presidida naquele momento pelo deputado mineiro Humberto Souto (PFL)— requerimento de convocação extraordinária da Constituinte para discutir a soberania. Humberto Souto recebeu o requerimento e disse que iria entregá-lo a Ulysses Guimarães para que fosse apreciado e encerrou a sessão.

# Para comunidade de informações, nova Carta terá 'forte tendência progressista'

Um documento sigiloso que circula nesta semana na comunidade de informações, a partir de dados e avaliações colhidos pelos assessores militares no Congresso, conclui: os grupos de "esquerda" (PC do B, PCB, PT e "progressistas do PMDB") estão mais articulados do que os "moderados". A próxima Constituição terá, segundo o documento, uma "forte tendência progressista".

A avaliação dos assessores militares indica que os representantes da "esquerda" têm, em sua maioria, experiência de militância partidária, garantindo assim uma dose de organização que os "moderados" ainda não têm. O que lhes garante ocupar "espaço" na imprensa e trazer a reboque a maioria dos parlamentares.

A também dos militares está voltada também à proposta do deputado Lysâneas Maciel, do PDT, que proibe

os militares de falar sobre temas constituintes. A comunidade de informações colheu depoimentos entre altas patentes, apontando para "insatisfação" com esta proposta. Motivo: entrará em discussão, fatalmente, o papel dos militares na próxima Constituição. E há quem defenda que as Forças Armadas não devem ter assegurada a prerrogativa de cuidar da ordem interna.

### Greves

Há mais um documento, desta vez enviado ao presidente José Sarney, circulado na comunidade de informações. De acordo com um levantamento produzido pelo SNI, cresce o número de greves no país: em janeiro de 1985, eram 43 paralisações; no mesmo mês no ano passado, 65. Neste ano, o número subiu para 138. Ressalta-se, neste levantamento, que entre as 138 greves de janeiro, pelo menos 41 ocorreram em setores considerados essenciais.

O diagnóstico exibe preocupação com a "crescente turbulência social" e a radicalização de líderes sindicais considerados "moderados", em especial da CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Essa "radicalização" viria, segundo o documento, porque a CGT estaria perdendo "espaço nas bases" para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT.

### "Violência"

Outra característica da "radicalização" apontada no diagnóstico é a ocorrência de "violência" em algumas greves, quando as lideranças "perdem" o controle. Apontou-se como exemplo a greve da Cosipa, quando teria ocorrido ações propositalmente de "sabotagem". Concluiu o documento que a tendência, por enquanto, não é de redução desta "agressividade". (Gilberto Dimenstein)

## Duas crises colocam em pauta duração do mandato de Sarney

ALEXANDRE POLESI

Enviado especial do Brasil

Estimulado pela crise econômica e pela desagregação da Aliança Democrática, o debate sobre a duração do mandato do presidente José Sarney colocará em campos opostos os dois grandes pólos de irradiação da política brasileira este ano: o Congresso constituinte e os governadores eleitos. Enquanto, hoje, parlamentares de vários partidos e tendências políticas são favoráveis a quatro anos de mandato para Sarney, os governadores que tomam posse dia 15 de março são, em geral, favoráveis a seis anos.

Ainda que negue esta intenção, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, recolocou em primeiro plano a questão sucessória quando crítico os rumos do Plano Cruzado, há uma semana. E o PFL —do qual o ministro é presidente de honra— vislumbrou a possibilidade de dar o troco no PMDB, na eleição do futuro presidente, e vingar a derrota que sofreu em novembro último.

O deputado Inocêncio de Oliveira (PE), primeiro vice-líder do PFL na Câmara, disse quinta-feira que a crise econômica deve ser capitalizada eleitoralmente por seu partido. Ao anunciar que vai apresentar emenda ao Congresso constituinte fixando o mandato de Sarney em quatro anos, Oliveira deu o roteiro pelo qual imagina a vitória de seu partido na futura eleição presidencial.

Desgastado pela crise, disse o deputado, o PMDB seria pressionado à esquerda e à direita na futura eleição presidencial —e esta situação anularia sua hegemonia atual em 21 Estados brasileiros. Em seu raciocínio, Leonel Brizola, do PDT, não perderia a chance de sair candidato, mesmo derrotado em novembro, o que golpearia o lado esquerdo do PMDB.

Por outro lado —acrescentou Oliveira—, o PFL se beneficiaria da união de vários partidos conservadores a seu candidato, como o PTB, PDS, PL e PDC. Esse candidato pode sair de uma lista com três nomes: Aureliano Chaves, o mais provável; Antônio Carlos Magalhães, ministro

das Comunicações; e Marco Maciel, ministro-chefe do Gabinete Civil.

A crise econômica determinará os rumos desse debate dentro do Congresso constituinte. Sarney terá contra si o fato de que, mesmo que adote medidas corretas e necessárias, a crise não permitirá colher resultados imediatos. Dificilmente ele poderá beneficiar-se de um surto concentrado de popularidade como aconteceu após o Plano Cruzado 1.

O resultado é que sempre haverá instabilidade no Congresso constituinte em relação à duração do mandato presidencial. O PMDB, que é maioria na Câmara e no Senado, seria o menos interessado, em tese, em apoiar a fixação do mandato em quatro anos, na hipótese de a crise se agravar. Mas o PMDB tem muitos líderes que insistem em quatro anos, como o senador Mário Covas (SP), seu presidente, Ulysses Guimarães (SP), e o governador de São Paulo, Franco Montoro.

Sarney poderá contar, então, com os governadores eleitos no ano passado. Governadores eleitos como Orestes Quêrcia (SP), Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA) —todos eles também presidenciais em potencial— não teriam interesse numa eleição para presidente em 1988.

A falta de interesse é política e administrativa. Política, porque com mais tempo eles poderiam trabalhar melhor suas próprias candidaturas; administrativa, porque num contexto de crise esses governadores prefeririam ter mais tempo para se dedicar à suas gestões do que se voltarem a uma nova campanha eleitoral com apenas um ano de mandato.

No Congresso constituinte, a falta de controle sobre os vários grupos dentro do PMDB e os sinais de divergências também no PFL, em relação ao apoio a Sarney, tornarão imprevisível o debate sobre o mandato presidencial. Refém do sucesso ou do fracasso de sua política econômica, o presidente sabe que as negociações sobre a dívida externa, que começam já no Carnaval, decidirão não só os rumos da economia brasileira mas também a duração de seu mandato.

## Medida econômica gera expectativa entre pefelistas

As medidas econômicas anunciadas ontem pelo presidente José Sarney abafaram a briga entre o PFL e o PMDB por mais espaço dentro do governo. Os pefelistas apoiaram Sarney e adotaram uma postura de expectativa, embora o partido se divida ainda entre os que querem romper a Aliança Democrática e os que pregam novas bases nessa composição com o PMDB.

Os líderes do PFL na Câmara e no Senado, José Lourenço (BA) e Carlos Chiarelli (RS), respectivamente, conversaram ontem por quase duas horas com Sarney. De volta ao Congresso, Lourenço disse que "insatisfação é uma coisa e patriotismo é outra" e, por isso, segundo ele, a hora não é de brigar. O governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares (PFL), disse que "o governo é da Aliança Democrática e como tal deve ser mantido". Parlamentares que lotavam a sala da liderança na Câmara, porém, insistiam que o apoio não retira as críticas.

## Sarney faz convite formal a petebistas

A concessão de cargos ao PTB será uma decorrência natural do apoio do partido ao governo do presidente Sarney, o que torna desnecessária qualquer reivindicação nesse sentido como condição para o seu ingresso na Aliança Democrática. Essa foi a posição manifestada ontem por integrantes da bancada, depois do convite formal do presidente Sarney para que apoiem o governo.

O líder do partido na Câmara, Gastone Righi (SP), diz que não pediu cargos, mas se o presidente oferecer um ministério ele aceita. O deputado Joaquim Beviláqua (SP), considera natural como resultado de uma aliança o PTB ter direito a indicar alguns nomes. "O PMDB e o PFL materializaram a Aliança Democrática indicando nomes do governo", acrescentou. Para o deputado Farabullini Junior, o PTB só deve aceitar participar do Conselho Político, recusando cargos no primeiro e segundo escalões.

# Sant'Anna acha parlamentarismo a "solução definitiva" para o Brasil

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, disse ontem que o parlamentarismo é a fórmula de governo ideal para o Brasil. A tese é "pessoal", ressaltou Sant'Anna, "mas seria a solução definitiva para as rotineiras crises de estabilidade que os governos brasileiros enfrentam".

As pesquisas realizadas no Congresso indicam que dois terços dos constituintes preferem o sistema parlamentarista. Na opinião do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, que se diz "presidencialista convicto", essas pesquisas mostram que se está à procura de "um Legislativo mais forte".

"Acho o parlamentarismo um regime superior", diz o líder do PMDB

na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), que discorda, entretanto, da adoção deste regime político de forma "casuística", para acomodar situações de crise: "Gostaria que o parlamentarismo fosse implantado como solução duradoura. Deveria vir quando as instituições estivessem suficientemente maduras".

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), prefere o presidencialismo. O parlamentarismo misto —que existe em Portugal e na França e foi proposto para o Brasil pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais—, segundo Lourenço, ao invés de solucionar as crises de estabilidade, contribui para elas: "Temos um presidente eleito pelo voto popular. Se o presidente eleito é

socialista e o primeiro-ministro de direita, você tem uma crise difícil de se administrar", disse.

O PT, segundo o líder Luis Inácio Lula da Silva (SP), não tem posição formada a respeito. Amara Netto (RJ), líder do PDS, disse que também não tem posição definida. Roberto Freire (PCB-PE) e Gastone Righi (PTB-SP) defendem o parlamentarismo. "O parlamentarismo evita crises. Quando o governo estiver distante da opinião pública, você tem um instrumento imediato para substituí-lo ou reorientá-lo", afirma Righi. "No presidencialismo, as crises são resolvidas com retrocesso e restrições a liberdades, sempre através de golpes militares", observa Freire.

## Debate do Regimento Interno começa hoje

O Congresso constituinte começa, às 15h de hoje, um esforço concentrado para aprovar o seu Regimento Interno. Serão duas sessões hoje (à tarde e à noite) e três amanhã (de manhã, à tarde e à noite) para que até terça-feira o Regimento esteja aprovado. A sessão de ontem foi inteiramente dedicada ao debate da dívida externa brasileira decidida pelo governo.

O substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, liberado no começo da noite de ontem, depois de horas de negociação, inclui um preâmbulo no qual se afirma que o Congresso constituinte é soberano e inviolável o mandato dos constituintes. No entanto, se Cardoso afirma a soberania no preâmbulo, no artigo 59 determina que estes deverão ser de caráter administrativo, de natureza regimental ou referentes a consulta plebiscitária no curso da elaboração da nova Carta.

Uma novidade no substitutivo é a proposta de funcionamento do Congresso constituinte, que não deverá trabalhar às segundas-feiras. De terça a quinta-feira, os trabalhos serão de 14h30 às 18h30. As sextas-feiras, de 9h30 às 13h30. As comissões constitucionais e a comissão de redação e sistematização trabalharão de manhã. O Congresso Nacional, o Senado e a Câmara deverão adaptar seus regimentos internos ao do Congresso constituinte.

### "Iniciativa popular"

Cada uma das oito comissões constitucionais será composta por 63 membros, observados o critério da proporcionalidade das bancadas. Es-



Luis Henrique, Sant'Anna (em pé), Cardoso e Chiarelli discutem o regimento

tas oito comissões se subdividirão em 24 subcomissões. Instaladas as comissões, os constituintes terão 25 dias para apresentar seus projetos. A Comissão de Sistematização e Redação será formada pelos presidente e relatores das oito comissões e pelos relatores das 24 subcomissões, havendo mais 49 constituintes designados pelos partidos. No total, serão 89 membros.

Embora dotada de grande poder (vai elaborar a redação final da Constituição), esta comissão não poderá decidir sobre matérias que sejam conflitantes. Assim, se tiver que deixar de acolher uma matéria como foi votada na comissão de origem, deverá encaminhar o projeto

acompanhado de um relatório, ao plenário do Congresso constituinte, com as devidas explicações.

A "iniciativa popular" de legislação, que sofrerá algumas restrições, foi novamente abrangida. Agora, cada cidadão pode assinar até três projetos e estes serão examinados desde que tenham trinta mil assinaturas, com o nome completo e legível, a identificação eleitoral, endereço e município e avaliados por três entidades. Se a Comissão de Sistematização rejeitar um projeto, cabe recurso ao plenário, desde que subscrito por 56 constituintes. E um dos signatários do projeto poderá falar na comissão em que ele estiver tramitando.

## Projeto não prevê pagamento para rádio e televisão

O substitutivo do projeto de regimento interno divulgado ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) não prevê qualquer tipo de pagamento às emissoras de rádio e TV pelo tempo que serão obrigadas a ceder para a divulgação dos trabalhos constituintes. Pelo substitutivo, as emissoras de TV deverão dedicar dois blocos de cinco minutos diários cada —entre 12h e 14h e entre 18h e 24h— para o assunto. As emissoras de rádio deverão fazer essa divulgação entre 7h e 9h e entre 12h e 14h.

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), também poderá requisitar sessenta minutos às emissoras

"para a divulgação de fato relevante, de interesse da Assembléia Nacional Constituinte". As emissoras de TV estatais e educativas ficam obrigadas a ceder até uma hora diária ao serviço de divulgação do Congresso constituinte para a promoção de debates sobre questões constitucionais.

Até a promulgação da nova Constituição, o tempo destinado ao Poder Legislativo pela "Voz do Brasil" —que vai ao ar às 19h, de segunda a sexta-feira— passa a se chamar "Voz da Constituinte", que divulgará informações sobre as eventuais sessões do Congresso Nacional, Senado e Câmara. A intenção de requisitar espaços nas emissoras de rádio vai

além. O Projeto Minerva, tradicionalmente dedicado a programas de ensino, poderá também ser utilizado para debates sobre a futura Carta. O texto determina que a Radiobrás deverá produzir os programas destinados à TV e ao rádio.

O substitutivo cria ainda o serviço de divulgação do Congresso constituinte, com o aproveitamento dos funcionários e instalações dos serviços idênticos na Câmara e Senado. Embora assessores de Cardoso dissessem que não haveria a contratação de mais ninguém, o substitutivo prevê que o presidente do Congresso constituinte poderá determinar a contratação de profissionais especializados, se houver necessidade.